



Reunião Ordinária – Ata nº 17/2014

Data – 2014-08-26

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 10.45 horas



Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 25-08-2014:

a) Dotações Orçamentais €7.394.056,23
b) Dotações não Orçamentais €151.700,65

Total das Disponibilidades €7.545.756,88



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com abstenção da vereadora Celeste Simão, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

cl

cl

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento de que a edição de hoje, dia 26 de agosto de 2014, do programa da RTP "Verão Total" será transmitida a partir da Praça da República, em Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu conta também da última edição do Boletim Municipal "Paços do Concelho" a qual, dedica especial atenção à agricultura e ao ambiente.

Tomado conhecimento.



Informou que irá receber o Prémio "Tesla Para uma Liderança Sustentável", no próximo dia 27 de agosto, pelas 10h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que será entregue pelo abrantino Tiago Ferreira Lopes, Investigador do Instituto do Oriente e membro do Comité de Honra da organização da Cimeira "Para uma Liderança Sustentável". Reiterou o convite a todos para estarem presentes.

Tomado conhecimento.



VEREADOR JOÃO GOMES

O vereador João Gomes fez referência às obras na ponte rodoviária sobre o Rio Tejo. Disse que, neste momento, tudo corre de acordo com o esperado e que o tempo de paragem dos semáforos e de espera dos automobilistas para a travessia não se prolonga para além de 5 minutos.

O vereador Avelino Manana salientou novamente a questão da disponibilização de comboio como alternativa de transporte, referindo que a autarquia deve divulgar amplamente a possibilidade de vir a ser disponibilizada esta alternativa, por forma a que mais pessoas adiram nesta fase, para evitar que a procura de percursos alternativos sobrecarregue financeiramente as famílias.

A Presidente da Câmara esclareceu que foram feitos inquéritos junto das empresas no sentido de se aferir a eventual adesão e quais os horários mais adequados. Salientou que esta questão

el

ainda está em avaliação, mas que a CP não fará esta oferta sem garantia mínima da sua utilização, por acarretar encargos.

OK

A Presidente da Câmara disse ainda que estas questões estão a ser acompanhadas muito de perto pela autarquia e que, até agora, não foram sentidos grandes impactos para os utilizadores. Provavelmente, o início do ano letivo poderá trazer mais complicações. Decorreu recentemente uma reunião com a presença do vereador João Gomes, da Rodoviária dos Tejo e dos Agrupamentos de Escolas, no sentido de antever e minimizar os problemas que possam vir a acontecer com o início das aulas.

O vereador Avelino Manana disse considerar que o inquérito esteve disponível num período muito reduzido, pelo que deveria ser novamente disponibilizado. Entende que a Câmara Municipal não se deve comprometer financeiramente com esta oferta, mas que deve lançar publicamente a ideia para permitir melhor adesão.

O vereador João Gomes disse também que, com o início efetivo das restrições ao trânsito e depois de se conhecerem as suas reais implicações, os utilizadores da ponte ficaram menos preocupados.

Referiu também que o endereço eletrónico que a autarquia disponibilizou para as dúvidas e sugestões relacionadas com as obras na ponte - [A vereadora Elza Vitório sugeriu que nas estradas de acesso à ponte, nomeadamente nos cruzamentos, fossem pintados sinais impeditivos de paragem no pavimento. Esta medida serviria para que os automobilistas que aguardam deixem o necessário espaço que permita que os automobilistas provenientes de outras direções possam entrar nesses acessos.](mailto:obrasponte@cm-abrantes.pt. - continua a estar ativo e que todas as sugestões e questões que os utilizadores queiram fazer chegar à autarquia poderão ser enviadas através do mesmo.</p></div><div data-bbox=)

O vereador João Gomes disse que a paragem em cruzamentos é proibida, mesmo que o pavimento não esteja marcado. A PSP está ciente desta situação, que decorre da falta de civismo dos automobilistas. A manter-se, implicará a presença de agentes da PSP e a sua atuação.

A Presidente da Câmara aproveitou para referir que a autarquia está a estudar a possibilidade de transferir a localização da paragem de autocarro nas Barreiras do Tejo, reduzindo os impactos sobre o trânsito.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão deu conhecimento de um fax da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares acerca do reordenamento da rede escolar 2014/2015 e da extinção de estabelecimentos de ensino. Refere esse fax que, no âmbito do movimento anual da rede escolar (MARE) do ensino básico e da educação pré-escolar, para o ano letivo 2014/2015, o Jardim de

21

Infância de Casa Branca encontra-se extinto por despacho do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, datado de 05-06-2014.

22

Tomado conhecimento.



A Vereadora Celeste Simão disse que habitualmente não é dado conhecimento público dos relatórios da Mediadora Municipal, mas há uma situação que importa ser dada conta, já que envolveu algum mediatismo.

No passado dia 20 de agosto, em Arreciadas, uma criança de etnia cigana foi atropelada. Acorrerem, de imediato, ao Hospital Dr. Manoel Constâncio entre 30 a 40 pessoas da respetiva comunidade e foi solicitada a presença da mediadora no local, uma vez que dificultavam ao estacionamento de ambulâncias no local, ao estacionarem as suas próprias viaturas.

A mediação correu dentro da normalidade, foi mantida a calma e os serviços mantiveram o seu funcionamento sem nenhum percalço. Mais referiu que a mediadora foi inclusivamente quem recolhia a informação sobre o estado de saúde da criança e informava os elementos presentes.

Tomado conhecimento.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana reiterou o pedido de documentação da Tagusvalley.

A Presidente da Câmara disse que a informação já estará disponível, contudo é necessária alguma organização e compilação da mesma. Conta, assim, que a mesma seja facultada aos vereadores na próxima reunião de câmara.



Em seguida, apresentou uma proposta de deliberação sobre a municipalização do ensino que, por ser extensa, se anexa à presente ata. - 186078

A Presidente da Câmara disse que a proposta apresentada seria agendada numa próxima reunião para discussão e votação.

01

05

VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitório, respondendo a um pedido que lhe foi endereçado pelo Presidente Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, questionou para quando estaria previsto o lançamento da empreitada para construção do pontão em Aldeinha – Rio de Moinhos.

A Presidente da Câmara respondeu que o processo está a ser preparado e que em breve se fará o lançamento da empreitada.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício enviado pela Liga dos Amigos do Hospital de Abrantes, a transmitir o mais profundo reconhecimento pela determinante ajuda financeira que a Câmara, disponibilizou aquela entidade, enquanto dona das obras de recuperação da cobertura e das fachadas do hospital e para a qual ofereceu todo o seu empenho.

Realça também a clarividência da Câmara Municipal para a não deterioração do edifício, ajudando à dignificação da destacada Unidade de Saúde do Concelho que serve toda uma vasta região.

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Considerando que do regime transitório instituído pela Lei n.º 36/2014 de 26 de junho (novo regime das assembleias distritais), consta a constituição de uma universalidade jurídica indivisível, formada pelas situações jurídicas patrimoniais ativas e passivas, materiais e imateriais de que as assembleias distritais são titulares e os vínculos jurídico-laborais em que as mesmas são a entidade empregadora;

Considerando que a universalidade será transmitida a entidade a que a Assembleia Distrital a afete, mediante prévia notificação ao membro do Governo responsável pela área da administração local, que pode ser, entre outras uma associação de municípios de fins específicos composta por municípios do distrito;

Considerando que os municípios do distrito perspetivam a criação de uma associação de fins específicos para efeitos de gestão dos bens e relações jurídicas integrantes da universalidade;

Considerando o disposto no artigo 108º nº 1 da Lei nº 75/2013 de 12/9, que estabelece que a constituição das associações de autarquias locais de fins específicos compete aos

21

órgãos executivos colegiais dos municípios ou das freguesias interessados, ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelos respetivos órgãos deliberativos;

Considerando o projeto de estatutos da Associação de Municípios do Vale do Tejo, abreviadamente designada por AMVT anexo a esta proposta e constante como documento ID 1 do PG9747/2014:178949;

Propõe-se:

Que a Câmara Municipal aprove, para integração do Município de Abrantes em conjunto com outros, o acordo constitutivo que define os estatutos da associação de autarquias locais de fins específicos designada por Associação de Municípios do Vale do Tejo, abreviadamente designada por AMVT, a efetivar-se pelo contrato previsto no artigo 108º nº 2 da Lei 75/2013, de 12/9;

Que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal e sob sua proposta, se submeta à Assembleia Municipal, para efeitos de integração de eficácia, a aprovação do mesmo acordo constitutivo, possibilitando-se acertos de redação no acordo e projeto de estatutos apresentado na reunião da Câmara Municipal de 26 de agosto 2014, no âmbito da negociação com os restantes municípios, desde que não desvirtuem o previsto posicionamento relativo do Município em termos de expressão de vontade e de património". - 178949

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 03 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 25 de julho de 2014, acerca do pedido da Associação Desportiva e Cultural do Pereiro de Mação, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas, relativas ao licenciamento de dois painéis publicitários alusivos ao evento "Ruas Enfeitadas do Pereiro 2014", concelho de Mação, instalados na rotunda junto ao quartel militar e na Av. António Farinha Pereira, em Alferrarede, junto ao edifício do polo da União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede. - 181343

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento de taxas relativas ao licenciamento de dois painéis publicitários, no valor de 78,40€ (setenta e oito euros e quarenta centimos), conforme previsto no Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

C

C

Nº 04 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 11 de agosto de 2014, que remete para aprovação, listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados no mês de julho de 2014, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 535,38€ (quinhentos e trinta e cinco euros e trinta e oito cêntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data de 05 de agosto de 2014. - 180831

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 535,38€ (quinhentos e trinta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Serviço de Notariado e Contencioso, datada de 13 de agosto de 2014, referindo que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Vicente, pretende adquirir à Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia, pelo valor de € 80.000,00 (oitenta mil euros), o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 2854, na União de freguesias de Abrantes (São João e São Vicente) e Alferrarede, designado por "Salão da Esperança".

Neste sentido, solicita que a Câmara municipal se pronuncie se, pretende ou não, exercer o direito de preferência. - 184721

Deliberação: Por unanimidade, informar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Vicente, que a Câmara Municipal não pretende exercer o direito de preferência, sobre o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 2854, na União de freguesias de Abrantes (São João e São Vicente) e Alferrarede, designado por "Salão da Esperança".

Ao Serviço de Notariado e Contencioso para os devidos efeitos.

2

3

Divisão Financeira

Nº 06 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 12 de agosto de 2014, a dar conta da anulação do valor de 1.790,40€ (mil setecentos e noventa euros e quarenta centimos), do apoio aprovado para a Associação Juventude Ação no Futuro, no âmbito do Finabran

Tomado conhecimento.



Nº 07 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 12 de agosto de 2014, a dar conta da anulação do valor de 5.082,50€ (cinco mil oitenta e dois euros e cinquenta centimos), do apoio aprovado para a Rádio Tágide, no âmbito do Finabran

Tomado conhecimento.



Nº 08 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 12 de agosto de 2014, a dar conta da anulação da 3ª tranche no valor de 1.306,00€ (mil trezentos e seis euros), do apoio aprovado para a Associação Palha de Abrantes, no âmbito do Finabran

Tomado conhecimento.



Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 12 da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014, remetendo para aprovação, 1ª proposta de revisão orçamental para 2014. - 185087

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos Elza Vitório e Avelino Manana, eleitos, respetivamente pelo PSD e pela CDU, aprovar a 1ª proposta de revisão orçamental para 2014 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 9 de agosto de 2014, referindo que foi aprovada por deliberação de câmara municipal, despesa no montante estimado em 8.880,00€ (oito mil oitocentos e oitenta euros), com vista ao fornecimento de refeições para os jovens participantes na atividade "Férias Jovens - Verão 2014". Após realização do evento verifica-se que o valor da despesa efetivamente

el

ca

realizada é superior, no montante de 8.990,40€ (oito mil novecentos e noventa euros e quarenta cêntimos), pelo que se torna necessário, proceder ao reforço de 110,40€ (cento e dez euros e quarenta cêntimos). - 183670

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço de 110,40€ (cento e dez euros e quarenta cêntimos), relativo à despesa com o fornecimento de refeições para os jovens participantes na atividade "Férias Jovens - Verão 2014", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 11 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante à informação nº 12 da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014, referindo que o Acórdão nº 413/2014 do Tribunal Constitucional, veio declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória, das normas constantes do artº 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que procedeu à redução das remunerações dos trabalhadores da função pública. Essa redução remuneratória, era nos termos do disposto do artº 73º da LOE 2014, extensível aos contratos de aquisição de serviços, por remissão para o artº 33º. A declaração de inconstitucionalidade passou a produzir efeitos a partir da data de decisão. Assim, desde o dia 30 de maio de 2014, o artº 33º deixou de ser aplicável, quer de forma direta, quer por remissão. Nesse sentido, foi entendimento do gabinete jurídico deste Município, que "quanto aos contratos de aquisição de serviços celebrados *ex novo* não poderá ser aplicada a norma de redução remuneratória prevista no art. 33º da LOE 2014 por ter sido julgada inconstitucional com força obrigatória geral pelo Acórdão nº 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional". No entanto, tendo em conta a decisão do Tribunal Constitucional, sobre a reposição de redução remuneratória das remunerações dos trabalhadores da função pública, a qual se entende que será extensível aos contratos de aquisição de serviços, nos termos supra referidos, solicita autorização para alteração das cláusulas inerentes ao preço base de procedimentos em curso e aos quais se venha a aplicar a referida redução remuneratória, por forma a evitar morosidade dos procedimentos, pois que tal adaptação se traduz em mera operação aritmética de aplicação dos valores ou parâmetros definidos pela lei." – 185089

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração das cláusula inerentes ao preço base de procedimentos em curso e aos quais se venha a aplicar a referida redução remuneratória, nos termos e com os fundamentos da citada informação nº 12 da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de agosto de 2014, referindo que, tendo-se verificado incumprimento reiterado por parte do adjudicatário do procedimento de "Aquisição de mobiliário escolar para os Centros Escolares de Bemposta, Rio de Moinhos, Tramagal e Alferrarede", adjudicado à empresa Naxol - Mobiliário de Escritório, Construção e Decoração de

cl

cl

Interiores Lda., apresentou o júri do procedimento do "concurso público nº 100/2011 - Fornecimento de mobiliário para escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Abrantes", proposta de "Indemnização por incumprimento", que se traduz na aplicação de pena pecuniária no valor de 10.799,40€ (dez mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta cêntimos). - 50729

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a aplicação da referida pena pecuniária, nos termos da informação do júri do procedimento do citado concurso.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014, remetendo para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão 7 de fevereiro de 2014, na sequência da proposta de procedimento pré-contratual com vista à "Aquisição de sinalização vertical", para diversas freguesias do concelho. O contrato terá a duração de 1 ano e o preço base do procedimento é de 38.000,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. - 122710

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção de compromisso plurianual nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014, remetendo para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão 7 de fevereiro de 2014, na sequência da proposta de procedimento pré-contratual com vista à "Aquisição, em regime de fornecimento contínuo, de pneus para a Frota Municipal". O contrato terá a duração de 2 anos ou até se esgotar o montante total do contrato, se este ocorrer primeiro e o preço base do procedimento é de 39.000,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. - 61995

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção de compromisso plurianual nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014, na sequência da autorização da Assembleia Municipal para assunção de despesa plurianual, por deliberação de 26 de abril de 2014, remete para aprovação, proposta de decisão para "Aquisição de Serviços de vigilância e

01

02

Segurança", cuja despesa ascende a 135.000,00€/ano, o que corresponde ao preço base total de 270.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Procedeu-se à cabimentação da despesa que se estima irá onerar o orçamento para 2014. O restante ficará por conta dos orçamentos dos anos em que vigorar o contrato. Quanto à assunção do compromisso, na sequência da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho, que regulamenta o Decreto-Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e se impedir a efetiva adjudicação em face da situação subjetiva do Município que aquela vier a surpreender, tal será causa de não adjudicação, condição de que as próprias entidades adjudicantes ficarão ciente pelo programa do procedimento. A assunção do compromisso ficará dependente da existência de fundos disponíveis e o procedimento extingue-se, caso, por motivo superveniente não seja possível a satisfação da condição prevista.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP), propõe a adoção de concurso público com anúncio no JOUE. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal.

Propõe ainda:

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;

- A fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por um ano, renovável por igual período até ao limite de 2 anos;

- A opção pelo critério de adjudicação da proposta do mais baixo preço;

- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento:

- a) João Silva (presidente);

- b) Maria Catroga (vogal efetivo);

- c) Luis Valente (vogal efetivo);

- d) Elsa Mendes (vogal suplente);

- e) Joaquim Lúcio (vogal suplente);

- Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação. - 165659

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 05 de agosto de 2014.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

el

CC

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014, que remete para aprovação, proposta para abertura de procedimento pré-contratual para "Aquisição de Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais", pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos. O preço base do procedimento ascende a 612.000,00€+IVA, o que corresponde ao montante anual de 204.000,00€+IVA, cuja despesa não se enquadra na Autorização Prévia aprovada pela AM para 2014.

Sugere que a Câmara Municipal delibere autorizar a despesa, condicionada à aprovação da assunção de compromisso plurianual pela AM.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP), propõe:

- A adoção de concurso público com publicitação no JOUE., sendo o mesmo desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal;

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;

- Fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos;

- Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço, nos termos da cláusula 13ª do Programa de Concurso;

- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento:

- a) Luísa Espadinha (presidente);

- b) Jorge Moura (vogal efetivo);

- c) Helena Bento (vogal efetivo);

- d) Fátima Areias (vogal suplente);

- e) Paulo Domingos (vogal suplente).

- Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação. - 184410

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a despesa para abertura de procedimento pré-contratual para "Aquisição de Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais", de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

el

Ca

Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 20 de agosto de 2014, que aprovou a assunção de compromisso plurianual, referente à aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", pelo preço base do procedimento de 24.840,00€, para os 6 meses de duração do contrato, a que corresponde o valor mensal de 4.140,00€, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, de acordo com informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 13 de agosto de 2014. - 184575

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vereador e Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara.



Nº 18 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 20 de agosto de 2014, que aprovou a assunção de compromisso plurianual, referente à aquisição de luminárias equipadas com LED'S para colocação em Rotunda da Família, Rotunda do Quartel e Avenida das Forças Armadas, pelo preço base de 28.125,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e cujo contrato terá a duração de 1 ano, de acordo com informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014. - 184059

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vereador e Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, referente à aquisição de "Fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual/fardamento para os colaboradores do Município de Abrantes", pelo preço base de 74.908,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão 7 de fevereiro de 2014 e de acordo com informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014. - 181153

el

CC

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção do compromisso plurianual, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, referente à aquisição de serviços para a "Utilização de Protótipo de Veículo Elétrico Ligeiro de Mercadorias", no âmbito da Autorização Prévia dada pela AM, em sessão 7 de fevereiro de 2014 e de acordo com informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 14 de agosto de 2014. - 183753

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção do compromisso plurianual, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, referente à aquisição de serviços para conclusão da versão final do Projeto de Revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Abrantes, pelo valor de 38.045,00€ (trinta e oito mil e quarenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 171177

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção do compromisso plurianual, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 15 de agosto de 2014, acerca da despesa inerente à requalificação do Mercado de Tramagal, no montante de 11.449,63€, remetida pela Junta de Freguesia de Tramagal.

Mais refere que se trata de despesa não prevista inicialmente, pelo que não integrada na candidatura aprovada no âmbito do PRODER.

Mais informa que, uma vez que a empreitada principal da obra foi adjudicada por montante inferior ao inicialmente previsto e considerado no protocolo, há margem para assunção desta despesa ao abrigo do montante autorizado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, não sendo necessário qualquer reforço. - 183205

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a integração da referida despesa ao abrigo do protocolo assinado com a Junta de Freguesia de Tramagal, e propor à Assembleia Municipal que se pronuncie sobre a comparticipação desta despesa, por competir a este órgão deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

01

Carla

Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, acerca do pedido do Agrupamento de Escolas nº 1 de Abrantes, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do autocarro municipal por parte do grupo de teatro daquele agrupamento, que foi um dos seis grupos selecionados a nível nacional para participar na 35.º edição dos "Encontros Nacionais de Teatro na Escola", que constituiu um momento de reflexão e de troca de experiências no campo da expressão dramática e teatral, com uma mostra do que se faz nas escolas de todo o país e que decorreu no Fundão, entre os dias 14 e 18 de maio de 2014. – 165578

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor de 153,00€ nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, o Centro Social Paroquial de São Miguel do Rio Torto e a Junta de Freguesia de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, relativo ao fornecimento de refeições escolares às escolas e jardins de infância de São Miguel do Rio Torto e Jardim de Infância de Arreciadas, para o ano letivo 2014/2015, no valor total de 31.920,00€ (trinta e um mil novecentos e vinte euros). – 184600

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Submeter ainda à aprovação da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta dos acordos de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, os agrupamentos de escolas, as associações de pais e a Junta de Freguesia de Alvega e Concavada, para desenvolvimento de atividades da componente de apoio à família nas escolas do 1º ciclo do concelho de Abrantes. - 180194

cl

at

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de acordo de colaboração, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, renovação dos Acordos de Colaboração para as Atividades de animação e de apoio à Família no Pré-Escolar para o ano letivo 2014/2015, no valor total de 146.905,65€ (cento e quarenta e seis mil novecentos e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos). - 185194

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de acordo de colaboração, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 27 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta de acordo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, a Junta de Freguesia de Alvega e Concavada e as diferentes entidades parceiras, para as atividades de animação e de apoio à família no Pré-escolar nos Jardins de Infância de Alvega e Concavada, no valor total de 10.836,69€ (dez mil oitocentos e trinta e seis euros e sessenta e nove cêntimos). - 185199

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas minutas de acordo de colaboração, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Submeter ainda à aprovação da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, minuta dos contratos interadministrativos para os transportes escolares, a estabelecer entre o município de Abrantes e as Juntas de Freguesia do concelho que dispõem de carrinhas para

Cl

Co

efetuar estes transportes, nomeadamente: Abrantes, Alvega e Concavada, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos e Tramagal, no valor total estimado em 83.182,90€ (oitenta e três mil cento e oitenta e dois euros e noventa cêntimos). - 185449

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura e remeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Submeter ainda à aprovação da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 29 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, datada de 18 de agosto de 2014, referindo que terminado o período de audiência prévia dos interessados no Concurso Público sem publicação no JOUE para “Aquisição de Serviços para Circuitos Especiais de Transportes Escolares do Concelho de Abrantes para o ano letivo de 2014/2015” e tendo em conta que nenhum concorrente se pronunciou, remete para aprovação, Relatório Final elaborado pelo júri do referido, nos termos do artº 148º do CCP. - 165466

Em anexo, segue informação do Serviço de Notariado e Contencioso, datada de 20 de agosto de 2014, que remete para aprovação, as seguintes minutas de contrato:

- Minuta de Contrato de “Aquisição de Serviços de Circuitos Especiais de Transportes Escolares em Veículos Ligeiros e de Transportes Coletivos de Passageiros para os Alunos das Escolas do Concelho de Abrantes para o Ano Letivo 2014/2015”, a celebrar entre o Município de Abrantes e UTS – Viagens e Serviços, S.A., pelo valor total de 58.472,50€ (cinquenta e oito mil quatrocentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- Minuta de Contrato de “Aquisição de Serviços de Circuitos Especiais de Transportes Escolares em Veículos Ligeiros e de Transportes Coletivos de Passageiros para os Alunos das Escolas do Concelho de Abrantes para o Ano Letivo 2014/2015”, a celebrar entre o Município de Abrantes e Táxis Pombo de Mação, Lda., pelo valor total de 22.515,00€ (vinte e dois mil quinhentos e quinze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Minuta de Contrato de “Aquisição de Serviços de Circuitos Especiais de Transportes Escolares em Veículos Ligeiros e de Transportes Coletivos de Passageiros para os Alunos das Escolas do Concelho de Abrantes para o Ano Letivo 2014/2015”, a celebrar entre o Município de Abrantes e Rodoviária do Tejo, S.A., pelo valor total de 96.071,60€ (noventa

[Handwritten signature]

e seis mil e setenta e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Informa também que, relativamente à adjudicação ao concorrente Sociedade de Automóveis de Aluguer do Zêzere, Lda, não é exigível a redução do contrato a escrito, pois o preço contratual é inferior a 10.000,00€ (dez mil euros), de acordo com a alínea a) do nº 1 do art. 95º do CCP.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Relatório Final do Júri do Concurso Público para "Aquisição de Serviços para Circuitos Especiais de Transportes Escolares do Concelho de Abrantes para o ano letivo de 2014/2015".

Aprovar igualmente as referidas minutas de contrato nos termos da citada informação do Serviço de Notariado e Contencioso, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

À Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, para os devidos efeitos.



Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas

Nº 30 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação Nº 139 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 4 de agosto de 2014, remetendo para aprovação, a listagem que descreve e quantifica, os trabalhos a menos na empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo Aquapolis Margem Sul – Abrantes", no valor de 40.121,37€ (quarenta mil cento e vinte e um euros e trinta e sete cêntimos). - 184272

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a listagem relativa a trabalhos a menos na empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo Aquapolis Margem Sul – Abrantes", nos termos e com os fundamentos da referida à informação Nº 139 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas.

À Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 31 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Orona Portugal, Lda., possuidora do alvará de construção nº 39635, válido até 31 de janeiro de 2015.

el
at

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 27.500,00€, representando 3,91% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 235.048,84€, representando 33,41 %, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 183899

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 32 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de “Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes”, referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Marcelo Peixoto & Irmão – Indústria de Serralharia, Lda., possuidora do alvará de construção nº 49668, válido até 31 de janeiro de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 55.000,00€, representando 7,82% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 290.048,84€, representando 41,22 %, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 183901

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014.

el
ce

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 33 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Isotexsa – Impermeabilizações para a Construção Civil, Lda., possuidora do alvará de construção nº 9999, válido até 31 de janeiro de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 10.186,11€, representando 1,45% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 300.234,95€, representando 42,67 %, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 183902

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 34 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com MouraGessos - Construção Civil, Lda., possuidora do alvará de construção nº 40119, válido até 31 de janeiro de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 7.836,80€, representando 1,11% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 308.071,75€, representando 43,78 %, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 183903

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 07 de agosto de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 35 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 146 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 20 de agosto de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade comercial CIP – Construção, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, a remeter cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial Construções Cidade Nova do Marco, SA., possuidora do alvará nº 23914, válido até 31 de janeiro de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 786.688,80€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 1.048.918,40€.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 6.269,34€, representando 0,6% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 6.269,34€, representando 0,6 %, do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra.

Como não foram cumpridos todos os trâmites legais estabelecidos no artigo 385.º do CCP, deverá alertar-se a empresa adjudicatária, que no futuro deve, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à

01

OK

subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP. - 185401

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação nº 146 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 20 de agosto de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 36 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 12/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 08 de agosto de 2014, acerca da operação de loteamento com obras de urbanização, sita na rua da Industria, em Alferrarede, Abrantes, requerido por Solar Azul – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda. – 59/07

Deliberação: Por unanimidade, rejeitar os pedidos formulados por requerimento datado de 10 de julho de 2013 (Registo L000298/130712), por deficiente instrução (no que se refere ao fracionamento do pagamento da TMU) e por desinteresse do Município na aceitação de Compensação em Espécie, nos termos apresentados (relembrando-se a posição já assumida em proposta semelhante para operação de loteamento confinante e em que a empresa é co-proprietária), considerando que os bens a ceder não são adequados aos objetivos de interesse público, consecutivamente, a sugestão relativa à prestação de caução (substituição da garantia bancária) afigurar-se-á como extemporânea;

Com base nesta posição e considerando o já deliberado em 24 de junho de 2013, converter em definitivo, a caducidade da Licença de Operação de Loteamento com Obras de Urbanização, procedendo-se ao arquivamento do processo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 37 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 08 de agosto de 2014, acerca do pedido de licenciamento para a instalação de um parque de garrafas de GPL no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, lote 162, com 80 m3, requerido por Abrangás – Armando & Matos, Lda. - 173616

21
C

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 20 m3 de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado), no âmbito do quadro legal aplicável a instalações deste tipo, Decreto-Lei nº 267/2002, de 30 de novembro, na atual redação.

Enviar, à titular do processo, cópia da Informação Técnica nº 126/14 EO, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, em função das demais recomendações nela constante, relacionadas com a atividade e com os procedimentos que deverão ser, posteriormente, diligenciados.

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 38 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 18 de agosto de 2014, acerca do processo de licenciamento de alteração de edifício destinado a garagem/arrecadação, sita na Rua Avelar Machado, em São Miguel do Rio Torto, Abrantes, requerido por Manuel Pereira Ferreira Catroga. - 36150

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, considerando a causa da caducidade, constante do nº 2 do mesmo artigo.

Considerando que o titular do processo não diligenciou a regularização de edificações implantadas no mesmo prédio, tal como se comprometeu em reunião efetuada a 09 de julho de 2013, deverá o mesmo ser notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação das sanções legalmente previstas, instruir novo processo com vista à regularização das mesmas.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 39 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 40 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, referente a uma informação da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 13 de agosto de 2014, acerca do pedido do Rotary Clube de Abrantes, a solicitar de forma gratuita, a cedência de transporte para uma visita de estudo com os alunos do V Curso de Liderança às empresas Sofalca e Pegop, no dia 9 de setembro de 2014. – 184643

A Presidente da Câmara não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do artigo 55º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do transporte solicitado, isentando-se a referida entidade do pagamento de 208,77€ (duzentos e oito euros e setenta e sete cêntimos), atendendo à finalidade da utilização.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO





al
cto

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Proposta de recomendação à Câmara Municipal de Abrantes sobre a Municipalização da Educação

Municipalização da Educação: “ Governo apresenta com pompa um modelo há muito esgotado e criticado em vários países.”

A progressiva municipalização da Escola Pública tem sido uma opção crescentemente questionada em países onde foi adotada, como a Suécia (onde o processo está a ser invertido) e o Reino Unido (que estagnou sem resultados visíveis). Revelou ainda nefastos e perversos resultados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade do ensino, pelo acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do Estado no que se refere ao financiamento e responsabilidades sociais, do reforço do controlo sobre as escolas e de um aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Tem vindo a ser largamente noticiado que o Governo pretende, agora, caminhar no sentido da municipalização no próximo ano letivo de 2014/15, sendo preocupantes os pressupostos da proposta apresentada a alguns municípios do país, reveladores de um economicismo inadmissível, incentivando as autarquias com prémios de poupança em docentes, por exemplo.

Trata-se de um processo que surgiu no final do ano letivo, para entrar em vigor já a partir de Setembro, sem que para tal o Governo PSD/CDS tenha tido o cuidado de ouvir os representantes das comunidades educativas, nomeadamente professores, outros trabalhadores da educação, encarregados de educação, órgãos de gestão das escolas, e organizações sindicais e a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses. Aliás, o momento não era sequer propício para a análise cuidada de matéria de tal importância como esta, que implicava alterações profundas no funcionamento das escolas que estavam, então, assoberbadas com um intenso trabalho com atividades próprias do encerramento do ano letivo e de preparação do próximo (organização de turmas,

levantamento de necessidades em recursos humanos, elaboração dos planos de atividades, entre outras).

A CDU considera que a transferência de competências para o nível local e para as escolas, a acontecer, pode e tem de ser equacionada, atempadamente, num contexto de amplo debate, envolvendo todos os parceiros a nível nacional, regional e local.

No entanto, a municipalização agora preconizada pelo governo PSD/CDS é assumida no Guião da Reforma do Estado (documento “Um Estado Melhor”, aprovado pelo Conselho de Ministros em 8 de maio de 2014), a par de outras medidas – a criação de escolas “independentes”, o alargamento dos contratos de associação ou a implementação do cheque ensino – que, a serem concretizadas, terão um forte impacto na desestruturação e desregulação do sistema público de educação, com a consequente desresponsabilização do Estado pela promoção e financiamento de uma educação pública de qualidade para todos.

A este respeito, importa lembrar que a participação dos municípios na educação é realizada num país muito desigual, onde existe uma grande diversidade de práticas municipais, patente, por exemplo, na elaboração das cartas educativas, mas também na operacionalização das AEC, entregue por vários municípios a empresas privadas.

Neste contexto, a CDU vê com enorme preocupação a possibilidade de alguns municípios virem, a título experimental, a avançar no sentido da municipalização da Educação, aderindo ao programa PAE (Programa Aproximar Educação) do MEC que, no essencial, pretende concentrar nas autarquias um conjunto de competências nas áreas das Políticas Educativas, da Administração das Escolas/Agrupamentos de Escolas, do Currículo, da Organização Pedagógica e Administrativa e da Gestão de Recursos.

“Um presente envenenado embrulhado em argumentos bondosos”.

O Governo argumenta que pretende, com este pacote, fomentar uma gestão de proximidade que seria de maior eficácia e mais fácil responsabilização por parte dos cidadãos, o que resultaria na melhoria do desempenho do sistema educativo no seu todo e na prestação de um melhor serviço público aos alunos. Independentemente da falta de consistência das propostas, a bondade do Governo quanto aos objetivos que enuncia é, desde logo posta em causa, quando escolhe como parceiros de experimentação alguns municípios que, de acordo com o recente Atlas da Educação coordenado pelo ex-ministro, e atual presidente do Conselho Nacional da Educação, David Justino, se integram nos *clusters* que se distinguem pelo sucesso escolar e pela baixa retenção. Se de facto a preocupação do Governo PSD/CDS fosse ultrapassar impasses ou deficiências do sistema

de ensino teria dado prioridade aos municípios que registam graves problemas de sucesso educativo. Mas não foi essa a opção!

Assim sendo, não estará o Governo a viciar os dados do jogo, conhecendo de antemão os seus resultados? Não correrão os municípios o risco de fazer um frete ao Governo e à sua política de desmantelamento dos serviços públicos e de cada vez maior desresponsabilização em relação a esses serviços?

A experiência de décadas de Poder Local democrático também nos tem demonstrado que, em geral, muitas das competências que têm sido transferidas para o poder local não foram acompanhadas da correspondente contrapartida financeira, que as câmaras municipais foram suportando legítimas exigências das populações com enormes sacrifícios, nomeadamente transferindo verbas que deveriam ser destinadas a outras finalidades, assumindo responsabilidades em áreas para as quais não estavam vocacionadas, como por exemplo a organização e recrutamento de professores para as AEC. Assim, não será este mais um presente envenenado, como tantos outros que foram cabendo às autarquias, ao longo do tempo?

Em Abrantes, reconhecendo o papel que o município, enquanto parceiro, tem desempenhado no processo de construção de políticas educativas locais, a CDU entende propor à Câmara Municipal de Abrantes, na sua reunião de 26 de agosto, as seguintes recomendações:

1. Que avalie ponderadamente os riscos associados à municipalização da educação, não deixando de ter em conta que faz parte de um país onde existem territórios municipais com diferentes realidades e graus de desenvolvimento económico e social.
2. Que admita discutir a transferência de outras competências para a autarquia desde que enquadrada numa Lei de Financiamento e Autonomia das Escolas do Ensino Básico, Secundário e Educação Pré-Escolar, desde que qualquer processo de transferência de novas responsabilidades do Governo para o Poder Local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas das comunidades educativas, designadamente dos docentes, impedindo assim que o Governo sacuda responsabilidades que constitucionalmente lhe cabem. A propósito, convém recordar que é a própria Lei de Bases do Sistema Educativo que aponta claramente para a implicação dos vários parceiros da comunidade educativa, quanto à descentralização de competências no âmbito do sistema educativo ("Art.º 46 º. 2 – ("O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que

asseguem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais, e ainda de instituições de carácter científico.”). Convém também lembrar que, embora nunca se tenha implementado uma verdadeira descentralização do sistema educativo, com ou sem regionalização do país, como seria desejável e legalmente consagrado (LBSE – “Art.º, 46º. 3 – (“ Para os efeitos do número anterior serão adotadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade na ação”), as autarquias já têm responsabilidades nas áreas dos transportes escolares do Ensino Básico, em muitos casos nas próprias AEC, nas refeições do 1º CEB e Pré-Escolar, nas instalações escolares, nas cartas educativas e até, em muitos casos, no pessoal não docente.

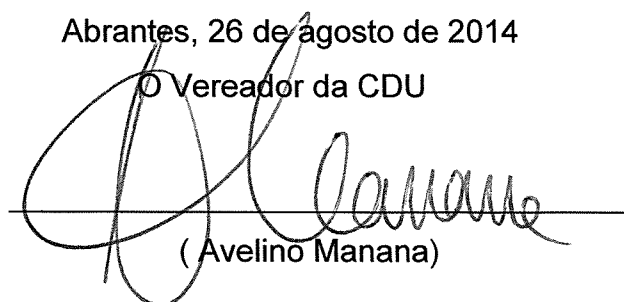
3. Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Abrantes seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando a que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento possam pronunciar-se ativamente.

4. Que em nenhum momento possa ser posta em causa a autonomia da gestão escolar, concretamente a organização curricular e pedagógica das escolas, recusando-se qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão aos agrupamentos de escolas .

5. Que seja rejeitada em absoluto a entretanto anunciada intenção do Governo de transferência de qualquer competência para os municípios relativa ao pessoal docente, designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela.”

Abrantes, 26 de agosto de 2014

O Vereador da CDU



(Avelino Manana)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 26.08.2014

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG11772/2013:132147	31-07-2013	178335223	António Fernando dos Santos Prates / Rua dos Caldeireiros, n.º 50 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Ampliação e alteração de habitação / Abrançalha de Baixo - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	08-08-2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE.
PG9938/2013:126227	24-06-2013	509677690	S.G.P.G - Gestão de Parques, Lda / AV.Dr. António Augusto Silva Martins, n.º 95 R/C ESQ - Rossio ao Sul do Tejo - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Construção de edifício e muros de vedação / Parque industrial Zona Norte lote 62 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	10-08-2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE.
PG1672/2012:59548	24-01-2012	119306301 / CM1138	Manuel Gaspar / Rua da Sociedade n.º 630 - Chainça - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Ampliação /legalização de Habitação - Rua da Sociedade, n.º 630 - Chainça - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	10-08-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.
PG11026/2014:183052	29-07-2014	111414377	José Dias Gaspar / Rua Anes de Oliveira, n.º 29 - Montalvo - Constância	Legalização de substituição de cobertura de garagem/arrumos - Praça Luis de Camões - Souto - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	11-08-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto.

Município de Abrantes

Folha: 2

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG6374/2012:69217	04-04-2012	107839385	José Alfredo Margarido / Rua da Azinhaga, n.º 68 - Abrançalha de Baixo - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alteração de moradia / Rua da Azinhaga - Abrançalha de Baixo - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	11-08-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG2135/2012:60428	30-01-2012	503862355	Matos & Silva, Ida / Rua José Dias Simão, n.º 129 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Demolição e Construção de Edifício destinado a Stand Automóvel / Rua António Farinha Pereira - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-08-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG14173/2013:138843	25-09-2013	100768962	Augusto Dias Leitão e Outros / Rua Rua dos Actores nº 4, 8A - Loures	Ampliação de habitação / Poçarrão - Mouriscas	Despacho	13-08-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG7904/2014:174420	29-05-2014	189503513	José António Veríssimo Francisco / Rua Praceta Major Cabrita, n.º 7, 1.º Dto - Alfragide	Alteração de telheiro / Cabeça Gorda - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	13-08-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG2501/2014:159128	18-02-2014	182542165	Maria Rosa Alves de Melo Cristovão / Rua José Afonso, n.º 4 - 3.º Dto - Entroncamento	Alteração de fachada em moradia / Rua de São Bento, n.º 139 - Abrançalha de Baixo - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	13-08-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto e considerando não haver projetos de especialidades a apresentar
PG5162/2014:166676	07-04-2014	225946700	Marco Paulo de Matos Fernandes / Casal da Igreja - Mouriscas	Construção de habitação / Outeiro do Gaio - Maiorca - Mouriscas	Despacho	13-08-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

Município de Abrantes

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG22243/2011	11.11.2011	111374391 /CM1493	Bernardino Fernandes Silvério / Rua General Humberto Delgado lote 5 - 1º esq - Abrantes	Alteração/legalização de habitação, Alpendre e Piscina / Rua Principal - Aldeia do Mato	Despacho	14-08-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.
PG21169/2011:47429	26-10-2011	112334598	João Dias Mendes e Outro / Praça das Flores, n.º 4 - União das freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa	Alteração e Ampliação de habitação / Maxial - Fontes	Despacho	15-08-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.
PG6016/2014:169215	24-04-2014	121161897	António Joaquim Dias / Rua Principal, n.º 44 - São Facundo - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Demolição e construção de anexos / Rua Principal, n.º 44 - São Facundo - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	14-08-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 21/08/2014

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2014/08/26

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERRENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				Número	Tip	Data
04.01	09000485	2009/10/07	RJE	10000807	2010/05/11	0501368108	ASSOC MORADORES ABRANCALHA BAIXO	construção OUTROS...	14000104	DES	2014/08/18
						cm00012065	RUA DA ASSOCIAÇÃO ABRANCALHA DE BAIXO	RUA DA ASSOCIAÇÃO	T E O R		
2014/08/11: Deferido.											

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***

C